

# ESPAÇO, LAZER E CIDADANIA: MAPEAMENTO E ANÁLISE DOS LOCAIS DE PRÁTICA ESPORTIVA E DE LAZER EM PALMAS (PR)

SPACE, LEISURE, AND CITIZENSHIP: MAPPING AND ANALYSIS OF SPORTS  
AND LEISURE SITES IN PALMAS (PR)

Ciências da Saúde • 18/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/781738044](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/781738044)

Isadora Dall'Agno<sup>1</sup>

Geovana dos Santos de Oliveira<sup>2</sup>

Cleiton Wesley de Souza Lens<sup>3</sup>

Edilmara de Fatima Kroth<sup>4</sup>

Ricardo Vargas Pires<sup>5</sup>

Cintia de Fatima Richardt<sup>6</sup>

Fabiana Pomin<sup>7</sup>

## **RESUMO**

O estudo analisa os espaços públicos de esporte e lazer em Palmas (PR) sob a ótica da existência humana. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e observacional. A metodologia consistiu na análise cartográfica da cidade, visitas técnicas aos bairros e categorização dos espaços encontrados. Os resultados apontam que a distribuição dessas áreas não é igualitária, identificando-se uma desassistência nas regiões periféricas. Além disso, as condições de conservação e manutenção mostraram-se centralizadas. O cenário evidencia a urgência de melhorias na gestão pública municipal para democratizar o acesso a esses locais, assegurando à população, sem distinção socioeconômica, o direito ao bem-estar e ao desenvolvimento social proporcionado pelo esporte e pelo lazer.

**Palavras-chave:** Espaço público; Esporte e lazer; Mapeamento urbano.

## **ABSTRACT**

The study analyzes public sports and leisure spaces in Palmas (PR) from the perspective of human existence. It is a qualitative, descriptive, and observational research. The methodology consisted of a cartographic analysis of the city, technical visits to the neighborhoods, and the categorization of the spaces found. The results indicate that the distribution of these areas is not egalitarian, identifying a lack of assistance in the peripheral regions. Furthermore, the conditions of conservation and maintenance proved to be centralized. This scenario highlights the urgency of improvements in municipal public management to democratize access to these places, ensuring the population, without socioeconomic distinction, the right to well-being and social development provided by sports and leisure.

**Keywords:** Public space; Sports and leisure; Urban mapping.

## 1. INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o espaço e o tempo constitui um eixo central nas dimensões da existência humana. Nas sociedades contemporâneas, a transição dos modelos de organização social alterou profundamente a relação dos indivíduos com essas duas variáveis. Conforme aponta Dumazedier (1976), enquanto as sociedades pré-industriais eram fortemente balizadas por valores religiosos e as industriais pelo primado do trabalho (*modus vivendi*), as sociedades pós-industriais passaram a ser significativamente influenciadas pelos valores relacionados ao tempo livre.

Este período, caracterizado pelo momento de não produção, transmuta-se gradativamente na busca pelo lazer, estabelecendo uma inter-relação dinâmica com os demais valores do sistema de vida e impulsionando a busca pelo equilíbrio entre os deveres cotidianos e o cultivo de si mesmo. Nessa perspectiva, o lazer emerge não apenas como um tempo residual, mas como um novo valor social e um espaço potencial para a crítica da vida cotidiana, capaz de revelar contradições e limitações estruturais (Lefebvre, 2001; Marcellino *et al.*, 2007).

Sob a ótica de Dumazedier (1976), a ocupação deste tempo livre pode se estruturar em uma escala que abrange desde valores "destrutivos" (ligados à violência e ao uso de substâncias) e "conformistas" (pautados pelo consumo passivo e pela catarse midiática) até valores "criativos". Estes últimos definem o lazer como um campo de criação permanente do sujeito, englobando o desenvolvimento corporal, a sensibilidade artística, a curiosidade intelectual e a sociabilidade, estabelecendo inclusive um diálogo harmonioso e sustentável com a natureza (Marcellino *et al.*, 2007).

Todavia, a efetivação do lazer enquanto direito social constitucional e vetor de desenvolvimento pessoal está intrinsecamente atrelada à dimensão espacial das cidades (Sawitzki, 2012).

A democratização das práticas esportivas e de recreação depende diretamente da oferta e da distribuição de espaços públicos adequados, seguros e bem mantidos, tais como praças, parques e complexos poliesportivos (Marcellino; Barbosa; Mariano, 2015; Cassimiro; Souza; Gonçalves, 2021). Como destacam Cárdenas, Pumariega e Torres (2020), a disponibilização dessas estruturas é capaz de catalisar vivências diversas, de exercícios físicos ao repouso e à contemplação, promovendo de forma contundente o bem-estar e a socialização urbana (Gehl, 2013). Pensar a dinâmica da cidade como expressão da sociedade torna-se, portanto, uma tarefa atual e necessária (Jorge, 2002).

Apesar dessa importância imperativa, o crescimento rápido e desordenado das cidades modernas tem gerado severos desajustes na ocupação do solo e na distribuição de infraestrutura. Esse fenômeno estabelece uma segregação socioespacial nítida, na qual as áreas centrais concentram os equipamentos públicos e as benfeitorias, enquanto as periferias urbanas tornam-se desassistidas (Marcellino, 2006).

Estudos nacionais (Melo; Peres, 2006; Antunes; Sousa, 2009; Ungheri; Medina; Pereira, 2022) ratificam que essa assimetria geográfica e a consequente distância dos locais de moradia atuam como barreiras invisíveis, gerando sentimentos de não pertencimento e inviabilizando o acesso da população em situação de vulnerabilidade econômica (Rechia; Betrán, 2010).

Diante disso, delinea-se o papel do setor público como o agente constitucional responsável por planejar, fomentar e descentralizar as políticas de esporte e lazer, garantindo equidade para além das faixas de renda ou localização residencial (Brust; Baggio; Saldanha Filho, 2008; Gussoli, 2020).

Essa problemática ganha contornos ainda mais complexos quando analisada sob a ótica de municípios de pequeno e médio porte com restrições orçamentárias crônicas. É o cenário que caracteriza o município de Palmas, localizado no sudoeste do estado do Paraná. Ocupando o 37º lugar no conglomerado urbano estadual (IBGE, 2023), o município apresenta um Produto Interno Bruto (*per capita*) anual cerca de 35,59% abaixo da média nacional (IBGE, 2022), configurando uma realidade de baixa renda por habitante.

Uma vez que as práticas de lazer são diretamente impactadas pela dinâmica socioeconômica dos territórios (Ungheri; Medina; Pereira, 2022), as estruturas públicas municipais representam, frequentemente, a única oportunidade de esporte e recreação para a população palmense.

Embora planos de governo recentes (2021-2024 e 2025-2028) apresentem metas e propostas para o setor (Kosmos; Goldoni, 2020; Langaro; Lagarto, 2024), subsistem incertezas sobre a real distribuição, a diversidade e o estado de conservação dessas áreas nos diferentes bairros da cidade.

Diante do exposto, emerge a seguinte problematização: de que maneira os espaços públicos destinados à prática esportiva e de lazer estão distribuídos e estruturados geograficamente entre as regiões centrais e periféricas do município de Palmas (PR)? A

justificativa deste estudo fundamenta-se na necessidade técnico-científica e social de diagnosticar a infraestrutura urbana de lazer em Palmas (PR). Sob o ponto de vista prático e metodológico, a investigação fornece dados georreferenciados e categorizados indispensáveis para subsidiar o aperfeiçoamento da gestão pública e orientar a formulação de políticas sociais inclusivas. Justifica-se, ademais, por preencher uma lacuna na literatura regional sobre o planejamento urbano aplicado à Educação Física e ao bem-estar coletivo em municípios de menor porte econômico.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em realizar o mapeamento, a localização espacial e a categorização dos locais públicos destinados à prática esportiva e de lazer na cidade de Palmas (PR), analisando comparativamente a oferta e as características estruturais desses espaços entre os bairros centrais e as regiões periférico-rurais do município.

Para fundamentar teoricamente esta investigação, as seções subsequentes abordam as dimensões conceituais do lazer, o impacto das políticas públicas na democratização urbana e as barreiras socioeconômicas associadas à infraestrutura das cidades.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. O Tempo Livre e a Evolução Sociológica do Lazer**

A compreensão do lazer na contemporaneidade exige o resgate de suas transformações históricas associadas às mutações estruturais do trabalho e das instituições reguladoras da vida social. Dumazedier (1976) conceitua o lazer não como um fenômeno isolado, mas como uma engrenagem dialética ligada à configuração do tempo social.

Nas sociedades tradicionais ou pré-industriais, o tempo era ditado por ritmos biológicos e, primordialmente, por imperativos religiosos que determinavam o modo de vida coletivo. Com o advento da Revolução Industrial, o trabalho fabril assume a centralidade do ordenamento social, estabelecendo uma dicotomia rígida entre o tempo produtivo e o tempo de repouso, este último tratado estritamente como período de reposição da força de trabalho para o ciclo econômico subsequente.

Na transição para a sociedade pós-industrial, o tempo livre adquire novos significados, deixando de ser um mero hiato de cessação laboral para converter-se em um campo autônomo de busca por autorrealização. O lazer passa a se correlacionar diretamente com a qualidade do sistema de vida dos indivíduos, impulsionando o surgimento de uma nova escala de valores.

Dumazedier (1976) propõe uma categorização tripartite para a ocupação deste tempo livre: os valores destrutivos, os conformistas e os criativos. Os valores destrutivos (ou contravalores) manifestam-se quando o indivíduo canaliza seu tempo livre para comportamentos que degradam o tecido social e a integridade pessoal, como o alcoolismo, o abuso de substâncias lícitas ou ilícitas e a violência urbana.

Os valores conformistas, por sua vez, hegemonomizam as dinâmicas da sociedade capitalista de consumo, onde o tempo de não trabalho é capturado por lógicas mercantilistas. Sob essa ótica, o lazer reduz-se à passividade diante dos meios de comunicação de massa, ao consumo estetizado voltado ao *status* social e ao entretenimento por catarse, no qual os sujeitos atuam primariamente como

espectadores de mercadorias culturais, espetáculos esportivos e diversões eletrônicas.

Em contrapartida, os valores criativos posicionam o lazer como um vetor de emancipação e renovação permanente do ser humano. Esta vertente pressupõe uma vivência ativa e reflexiva voltada para o desenvolvimento do corpo, o aprimoramento das aptidões manuais, a fruição estética, a curiosidade intelectual e a sociabilidade comunitária.

## **2.2. O Lazer Como Espaço de Crítica, Direito Social e Conflito Político**

Aprofundando a dimensão sociopolítica do lazer, Lefebvre (2001) propõe que o uso do tempo livre constitui uma das arenas mais agudas da vida cotidiana. Longe de representar uma neutralidade idílica, o lazer carrega uma ambiguidade intrínseca: pode operar tanto como um mecanismo de escape alienante (projetado para tamponar as frustrações do cotidiano produtivo), quanto como um espaço genuíno para a expressão de necessidades autênticas do ser humano.

Para Lefebvre, quando o indivíduo se desvencilha das amarras utilitaristas do mercado, o tempo de lazer converte-se em um potencial instrumento de crítica da própria vida cotidiana, desvelando as fraturas, as opressões e as contradições intrínsecas ao modelo social vigente.

Dessa forma, o lazer ultrapassa as barreiras da mera recreação individualizada e insere-se no campo dos direitos fundamentais e das conquistas democráticas. Marcellino *et al.* (2007) ressaltam que, nas últimas décadas, o lazer consolidou-se como um legítimo objeto

de atenção científica e intervenção social, consolidando-se na legislação como um direito social indissociável da dignidade humana e da qualidade de vida urbana.

Nas cidades modernas, assoladas por rotinas aceleradas e estressores psicossociais contínuos, a existência de janelas temporais e espaciais para vivências espontâneas atua como um fator de proteção e equilíbrio para o indivíduo.

Sob essa ótica emancipatória, o lazer fomenta processos de socialização primária e secundária, fortalecendo os laços comunitários e mitigando o isolamento característico das aglomerações urbanas. Marcellino *et al.* (2007) argumentam, inclusive, sobre o caráter revolucionário que o tempo de lazer assume quando liberto das amarras do utilitarismo e da exploração predatória dos recursos naturais.

Ao promover um diálogo ético e contemplativo com o meio ambiente, o lazer engajado estimula a consciência ecológica e o respeito à preservação ambiental. Contudo, essa potência transformadora não se realiza no vácuo; ela se materializa na história e na política. Como asseveram Melo (2008) e Melo e Fortes (2010), o esporte e o lazer operam como reflexos da totalidade social, sendo condicionados e estruturados pelas forças econômicas, políticas e culturais que gerem o território.

Analisar a distribuição destas práticas é, em última análise, analisar as estruturas de poder de uma dada sociedade. Marchi Jr. (2001) e Starepravo (2006) reforçam este posicionamento ao resgatarem a trajetória histórica das práticas corporais. O esporte e o lazer já assumiram múltiplas facetas ao longo do desenvolvimento do

capitalismo: serviram como mecanismos de distinção e elitização de classes, atuaram como ferramentas de desmobilização ideológica das massas e de propaganda político-partidária e, contemporaneamente, sofrem um intenso processo de mercantilização, transformando-se em produtos de consumo restritos àqueles que detêm poder de compra.

### **2.3. Planejamento Urbano, Espaços Públicos e Segregação Socioespacial**

A conversão das premissas teóricas do lazer em práticas sociais reais depende de uma base material indispensável: o espaço geográfico urbano. A infraestrutura física e a distribuição territorial das áreas destinadas ao esporte, ao descanso e à cultura funcionam como os canais de materialização desses direitos (Cassimiro; Souza; Gonçalves, 2021). A oferta democrática de praças, parques, Academias ao Ar Livre (AAL) e ginásios poliesportivos é apontada por Marcellino, Barbosa e Mariano (2015) como o pilar estrutural para que as políticas públicas alcancem a totalidade dos cidadãos. Conforme sustentam Cárdenas, Pumariega e Torres (2020), a presença física desses equipamentos nas centralidades residenciais estimula um repertório amplo de experiências integradoras, como contemplação, divertimento, práticas corporais, atividades artísticas e repouso, atuando de forma direta no desenvolvimento humano integral e na saúde coletiva.

Todavia, a gestão do espaço público enfrenta os desafios gerados pelas lógicas históricas de urbanização das cidades contemporâneas. Gehl (2013) salienta que a administração eficiente das cidades deve priorizar a escala humana, elegendo a qualidade de vida e o estímulo à socialização comunitária como os vetores

norteadores do planejamento do solo. Criar ambientes inclusivos, que congreguem parques urbanos e áreas de convivência acessíveis, é uma premissa para a consolidação de cidades saudáveis. Para Jorge (2002), interpretar as transformações da malha urbana como uma exteriorização das tensões e estratificações da própria sociedade constitui um exercício analítico permanente e vital para as ciências sociais aplicadas.

Ao confrontar esse arcabouço ideal com a realidade histórica das cidades brasileiras, constatam-se fraturas urbanísticas. Marcellino (2006) demonstra que o processo de urbanização nacional, marcado por um crescimento acelerado, desordenado e recente, desencadeou graves assimetrias no ordenamento territorial. A ausência de um planejamento integrado resultou em um fenômeno de segregação socioespacial crônico, cindindo as cidades entre núcleos centrais altamente assistidos por investimentos, saneamento e equipamentos de lazer, e franjas periféricas desprovidas de infraestrutura básica, convertidas em meros contingentes habitacionais para a classe trabalhadora.

Essa assimetria produz impactos diretos na acessibilidade e no uso das estruturas públicas. Estudos como os de Melo e Peres (2006), Antunes e Sousa (2009) e Ungheri, Medina e Pereira (2022) comprovam que o padrão desigual de distribuição dos equipamentos de esporte e lazer marginaliza os bairros periféricos.

O Instituto Semeia (2018), em pesquisas dedicadas à frequência de usuários em parques urbanos, identificou que fatores econômicos, comportamentais e institucionais geram barreiras de acesso, despontando a distância geográfica entre as residências e os parques como o principal fator inibidor de uso. Melo e Peres (2006)

validam esse panorama ao ressaltarem que os custos financeiros associados ao transporte urbano coletivo e o tempo de deslocamento inviabilizam a apropriação desses locais por populações inseridas em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

Sob o prisma psicossocial, Rechia e Betrán (2010) alertam que a construção de complexos de lazer apartados do tecido comunitário local obstaculiza a construção de laços afetivos, gerando um sentimento de não pertencimento que culmina na baixa adesão e na conseqüente subutilização e degradação do patrimônio público.

#### **2.4. Vulnerabilidade Territorial e o Papel do Estado na Escala Local**

A reversão desse quadro de exclusão urbana evoca a responsabilidade do Estado na mediação dos conflitos e na equalização das oportunidades de acesso aos bens sociais. Gussoli (2020) assevera que é dever constitucional intransferível do poder público (nas suas esferas federal, estadual e, essencialmente, municipal) planejar, fomentar e assegurar espaços físicos seguros e de qualidade para a fruição do lazer e do esporte pelo cidadão.

O ordenamento das políticas urbanísticas deve, obrigatoriamente, perpassar todos os estratos socioeconômicos, blindando as dotações orçamentárias de modo que as populações de baixa renda e geograficamente marginalizadas disponham de recursos materiais garantidos (Brust; Baggio; Saldanha Filho, 2008).

Para Sawitzki (2012), a efetivação do direito constitucional ao lazer exige a superação de ações assistencialistas pontuais ou descontínuas, demandando a implementação de políticas públicas

sociais estruturadas e programas de esporte estáveis que priorizem a coesão social, o bem-estar e a democratização do espaço urbano. Em pequenos e médios municípios do cenário nacional, essa dependência em relação às estruturas de caráter público assume centralidade absoluta devido à escassez de opções de lazer oferecidas pelo setor privado comercial.

Essa dependência é evidenciada no contexto socioeconômico do município de Palmas, situado na mesorregião do centro-sul paranaense. Composto por uma densidade demográfica de 30,97 hab/km<sup>2</sup> e inserido na 37<sup>a</sup> posição no sistema de conglomerados urbanos do estado do Paraná (IBGE, 2023; PMP, 2025), o município apresenta uma realidade econômica particular: seu Produto Interno Bruto (*per capita*) situa-se 35,59% abaixo da média nacional (IBGE, 2022), expondo indicadores de renda e capacidade de consumo familiar consideravelmente restritos.

Ungheri, Medina e Pereira (2022) esclarecem que as experiências de lazer e as práticas corporais são profundamente tensionadas pelas dinâmicas sociais e econômicas dos arranjos territoriais. Em um território caracterizado pela limitação de renda média por habitante, as áreas de lazer administradas pelo poder público local configuram, para expressiva parcela da população palmense, o único refúgio viável para a ocupação criativa do tempo livre e para a socialização comunitária.

Nessa perspectiva local, a gestão municipal desempenha uma função fundamental. O acompanhamento de instrumentos normativos, como os planos de diretrizes de governo, revela os rumos e os gargalos do setor. O exame do plano de governo da gestão de 2021/2024 em Palmas (PR) acusa um cenário de

assimetrias executivas, caracterizado por metas atingidas de forma fragmentada, ações executadas apenas parcialmente e diretrizes orçamentárias que não saíram do papel (Kosmos; Goldoni, 2020). Por outro lado, as propostas apresentadas para a gestão atual de 2025/2028 desenham promessas amplas e ambiciosas de reestruturação do esporte municipal (Langaro; Lagarto, 2024). Portanto, diagnosticar a distribuição física atual das estruturas de lazer e sua integridade estrutural entre o centro e a periferia de Palmas surge como uma contribuição científica necessária para subsidiar o planejamento urbano e a justiça social no município.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. Tipo de Pesquisa**

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e com delineamento observacional. Sob o prisma metodológico, a pesquisa descritiva e observacional propõe-se a expor as características de um determinado fenômeno ou território sem nele intervir diretamente, compreendendo a explanação do objeto de estudo por meio da observação sistemática, da descrição minuciosa e da interpretação dos significados atribuídos às estruturas identificadas (Theodorson; Theodorson, 1970).

Esta pesquisa foi institucionalmente vinculada às atividades práticas e científicas da disciplina de Estágio II – Gestão em Espaços Esportivos e de Lazer, correspondente ao 6º período do curso de Bacharelado em Educação Física do Instituto Federal do Paraná (IFPR), *campus* Palmas, contando com a participação ativa de seis acadêmicos e da professora regente da referida disciplina.

### **3.2. População (Universo da Pesquisa) e Amostragem**

A população, ou universo desta pesquisa, compreendeu a totalidade do território geográfico urbano e periférico-rural do município de Palmas, localizado no estado do Paraná (PR), o qual é subdividido administrativamente em 21 bairros oficiais.

A amostragem do estudo foi do tipo não probabilística e intencional, selecionada de acordo com critérios de relevância para o cumprimento do objetivo do estudo. O critério de inclusão para a seleção das unidades amostrais estipulou que seriam elegíveis todos os espaços, equipamentos e instalações de caráter público localizados dentro dos limites do município e que fossem destinados à prática esportiva, recreativa, cultural ou de lazer da comunidade. Foram excluídos da amostragem espaços privados, comerciais ou de acesso restrito que não configurassem patrimônio ou área de livre uso comum da população. Dessa forma, a amostra final fixou-se em 54 espaços públicos mapeados.

### **3.3. Instrumentos e Ferramentas de Coleta de Dados**

Para a operacionalização da coleta de dados, foram empregados instrumentos e ferramentas digitais e físicos, estruturados em três frentes complementares:

1. Ferramentas de análise cartográfica e georreferenciamento: utilizou-se o mapa político e administrativo oficial do município de Palmas (PR) para a delimitação preliminar das zonas urbanas e rurais, em conjunto com a plataforma digital *Google Maps* e o sistema *Google Street View*, ferramentas empregadas para a localização espacial prévia, identificação

de coordenadas geográficas e verificação de acessos viários aos equipamentos.

2. Instrumento de observação direta (*in loco*): desenvolveu-se um roteiro de vistoria técnica e observação visual direta para o preenchimento em campo, focado na identificação do tipo de equipamento, endereço exato e estado aparente de conservação e manutenção.
3. Equipamento de registro fotográfico: utilizaram-se câmeras digitais de dispositivos móveis como ferramenta de registro de imagem para a comprovação documental, auditoria visual das condições das estruturas e posterior auxílio na categorização analítica.

### **3.4. Procedimentos de Coleta de Dados**

O percurso metodológico para o alcance dos objetivos foi estruturado em quatro etapas sequenciais:

Etapa 1: planejamento e zoneamento - inicialmente, foi realizado o estudo cartográfico do mapa da cidade, a partir do qual os 21 bairros foram analisados e classificados geograficamente em duas macrozonas: bairros centrais (compostos por 6 setores: Cascatinha, Centro, Divino, Santuário, São José e Santa Cruz) e bairros periféricorurais (compostos por 15 setores: Aeroporto, Dissenha, Alto da Glória, Caldeira, Eldorado, Fortunato, Klubegi, Lagoão, Pitanga, Serrinha, São Francisco, São Sebastião do Rocio, Universitário, Área Industrial e Hípica). Na sequência, o espaço foi dividido em quadrantes entre os seis acadêmicos pesquisadores.

Etapa 2: reconhecimento e registro fotográfico inicial - no mês de novembro de 2024, os pesquisadores realizaram as visitas técnicas iniciais aos bairros designados. Nesta fase, procedeu-se à localização visual dos equipamentos, anotação de endereços e captação dos primeiros registros fotográficos de cada ponto.

Etapa 3: validação *cross-check* em campo: visando mitigar vieses de observação individual e garantir a fidedignidade dos dados, uma nova rodada de visitas técnicas foi conduzida no mês de junho de 2025. Nesta etapa, um grupo focal composto por quatro acadêmicos realizou o cruzamento de dados por meio de uma varredura presencial coletiva, confirmando a existência, o funcionamento, a localização geográfica e o endereço exato de cada um dos espaços pré-mapeados.

### **3.5. Tabulação e Análise dos Dados**

Uma vez concluída a coleta em campo, os dados foram tabulados e organizados sistematicamente por meio do *software Microsoft Excel*. A planilha eletrônica foi estruturada contendo colunas específicas para o nome do bairro, a classificação territorial (central ou periférico-rural), o endereço detalhado da instalação e a descrição dos equipamentos existentes.

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de categorização por agrupamento de características similares. O delineamento analítico emergiu a partir de sessões de debate e reflexão teórica entre o grupo de pesquisadores, estabelecendo-se critérios normativos que resultaram na divisão das estruturas em nove categorias operacionais bem definidas:

1. Parque infantil: espaços dotados de mobiliário e brinquedos infantis (como balanços, escorregadores e gangorras) voltados à recreação de crianças.
2. Quadra esportiva: instalações abertas ou fechadas que compreendem quadras de areia, campos de grama sintética, campos de futebol de terra/grama natural e quadras poliesportivas de cimento.
3. Ginásio e estádio: complexos estruturais de grande porte cobertos ou fechados com arquibancadas destinados a competições e eventos esportivos.
4. Academia ao Ar Livre (AAL): conjuntos de equipamentos de ginástica e alongamento instalados em praças públicas e voltados ao exercício físico de livre acesso, especialmente para a população idosa.
5. Parque: grandes áreas verdes lineares ou de preservação urbana destinadas à contemplação, caminhada e convivência social.
6. Centro cultural: prédios ou complexos públicos de desenvolvimento artístico-social, englobando o Centro Cultural do município, auditório público, Centro de Convivência de Idosos (CCI) e Escola de Artes.
7. Pista de atletismo/ciclismo: vias lineares com pavimentação ou demarcação específica para caminhada, corrida ou tráfego de bicicletas.

8. Pista de Skate: estruturas de cimento com obstáculos (pistas em formato de *bowl* ou circuito de rua) projetadas para a prática de skate.
9. Poliesportivo: espaços que congregam múltiplos equipamentos simultâneos de diferentes naturezas (*campus* do IFPR e o Parque da Gruta, que abrigam, em um mesmo perímetro, parques infantis, quadras, ginásios, AALs e pistas).

Por fim, os dados quantificados e categorizados serviram de insumo para a modelagem do mapa temático da cidade. Esta representação cartográfica gráfica utilizou a plotagem de pontos georreferenciados sobre a base territorial de Palmas, servindo como ferramenta visual-analítica essencial para o planejamento urbano e para o diagnóstico da distribuição espacial e equidade dos equipamentos públicos de esporte e lazer estudados (Joly, 2005; Archela; Théry, 2008).

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A análise e interpretação dos dados coletados revelam a conjuntura estrutural e geográfica das áreas destinadas ao esporte e ao lazer na cidade de Palmas (PR). O município é composto por 21 bairros, os quais foram classificados em duas macroregiões para fins metodológicos: bairros centrais (6 distritos: Cascatinha, Centro, Divino, Santuário, São José e Santa Cruz) e bairros periféricos/rurais (15 distritos: Aeroporto, Dissenha, Alto da Glória, Caldeira, Eldorado, Fortunato, Klubegi, Lagoão, Pitanga, Serrinha, São Francisco, São Sebastião do Rocio, Universitário, Área Industrial e Hípica).

No total, foram identificados e catalogados 54 espaços públicos voltados ao lazer e práticas esportivas. A quantificação desses

equipamentos e sua distribuição pelas regiões do município encontram-se sistematizadas na Tabela 1.

**Tabela 1:** Quantificação dos espaços públicos para a prática esportiva e de lazer na cidade de Palmas (PR)

	Parque infantil	Quadra Esportiva	Ginásio/Estádio	Academia ao Ar Livre	Parque
Bairros Centrais	6	5	2	5	1
Bairros Periféricos /Rurais	7	11	0	5	2
Palmas (Total)	13	16	2	10	3

△ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/espaco-lazer-e-cidadania-mapeamento-e-analise-dos-locais-de-pratica-esportiva-e-de-lazer-em-palmas-pr?noblockage>

**Fonte:** os autores (2025)

Para além do volume bruto de estruturas, a análise espacial cartográfica permite observar como esses equipamentos se comportam no território urbano. A Figura 1 ilustra o mapeamento temático do município, evidenciando as assimetrias na alocação dos pontos de lazer.

A leitura integrada da Tabela 1 com a Figura 1 expõe que, embora o volume total absoluto de espaços seja numericamente equilibrado

entre centro ( $n=26$ ) e periferia ( $n=28$ ), a proporcionalidade geográfica revela uma realidade desigual.

Como a categoria central concentra apenas 6 bairros e as periferias abrangem 15, a média de estruturas por bairro no centro atinge 4,33 espaços, enquanto nos setores periféricos esse índice cai para 1,75. Adicionalmente, identificou-se que 100% dos distritos centrais dispõem de ao menos uma área pública de lazer, enquanto 5 bairros periféricos encontram-se desassistidos e sem qualquer equipamento disponível.

A assimetria também se reflete no nível de complexidade e diversidade das obras. Estruturas que demandam maior planejamento e aporte financeiro, como centros culturais, pistas de skate e pistas de atletismo/ciclismo, estão situadas nas áreas mais integradas e centrais, frequentemente associadas a bairros com maior poder aquisitivo. Nas franjas urbanas periféricas, há uma predominância quase exclusiva de infraestruturas pontuais e simplificadas, como quadras abertas e parques infantis.

## **4.1. Discussão**

### **4.1.1. A Segregação Socioespacial na Infraestrutura de Lazer**

Os achados desta investigação sobre a distribuição desproporcional dos espaços públicos em Palmas (PR) corroboram pesquisas prévias desenvolvidas em diferentes matrizes urbanas brasileiras (Melo; Peres, 2006; Antunes; Sousa, 2009; Bender, 2022; Ungheri; Medina; Pereira, 2022). Dessa forma, observa-se que a periferia das cidades sofre com menor oferta de conteúdos físico-esportivos e sociais, operando sob uma dinâmica de manutenção precária ou ausente quando comparada às centralidades elitizadas.

Essa concentração centralizada retroalimenta e aprofunda disparidades de classe pré-existentes. Moradores das franjas periféricas encontram dificuldades de deslocamento para usufruir de áreas verdes bem equipadas. Conforme apontado pelo Instituto Semeia (2018), a distância geográfica configura-se como a principal barreira limitante para a frequência a parques públicos. Melo e Peres (2006) validam essa perspectiva ao sublinharem que o custo com transporte coletivo atua como fator impeditivo para populações vulneráveis quando o espaço de lazer não está no entorno imediato de suas residências.

Esse isolamento geográfico afeta a subjetividade do cidadão: locais construídos fora do raio de vivência comunitária geram um sentimento de não pertencimento, inibindo a adesão social e gerando a subutilização das áreas (Rechia; Betrán, 2010).

#### **4.1.2. Monotonia Estrutural e a Hegemonia das Quadras Poliesportivas**

A pesquisa identificou que as quadras esportivas ( $n=16$ ) representam a maior classe de infraestrutura pública do município, concentrando-se predominantemente nas franjas periféricas ( $n=11$ ). Trata-se, em sua maioria, de quadras de cimento descobertas e campos de areia. Essa opção arquitetônica, conforme discutido por Augusto, Medeiros e Ferreira (2017), é historicamente adotada por gestores públicos como uma solução de custo moderado e baixa demanda de manutenção para dar resposta rápida a grandes massas populacionais.

Embora Cassimiro, Souza e Gonçalves (2021) confirmem que o Brasil possui um volume expressivo de quadras e campos, os autores

alertam que seu uso frequentemente restringe-se ao futebol e modalidades congêneres. Ungheri, Medina e Pereira (2022) ressaltam o inegável valor histórico e cultural do futebol no cotidiano nacional, contudo chamam a atenção para o risco da homogeneização da oferta pública.

A ausência de diversificação restringe o acesso de diferentes faixas etárias, perfis e gêneros que não se identificam com práticas esportivas tradicionais e competitivas, limitando o potencial integrador do lazer comunitário.

#### **4.1.3. O Fenômeno das Academias Ao Ar Livre (AAL)**

A distribuição das Academias ao Ar Livre em Palmas ( $n=10$ ) mostrou-se simétrica entre centro ( $n=5$ ) e periferia ( $n=5$ ). Essa capilaridade alinha-se aos dados da Secretaria de Esporte do Paraná (PR, 2023), que indicam que o estado tem investido na consolidação desse programa nas cidades paranaenses.

O papel dessas estruturas divide opiniões na literatura especializada. Por um lado, estudos como os de Silva (2018), Guzzo Junior e Silva (2019) e Battistel *et al.* (2021) apontam o potencial democratizador das AALs, visto que oferecem acesso gratuito ao exercício, estimulam o incremento do nível de exercício físico da população e promovem a socialização nos bairros. Por outro lado, estudos conduzidos por Anjos e Silva (2021) e Ungheri, Medina e Pereira (2022) apontam limitações estruturais.

Por serem descobertas, estarem vulneráveis às intempéries climáticas e carecerem de infraestrutura básica de suporte (como banheiros e bebedouros), tais locais apresentam baixa adesão em períodos climáticos desfavoráveis. Somado a isso, a ausência crônica

de profissionais de Educação Física para orientar os treinamentos pode expor os usuários, sobretudo idosos, a riscos de lesões.

#### **4.1.4. Parques Urbanos e Infantis Como Instrumentos de Cidadania**

Em virtude da característica socioeconômica de Palmas, cujos indicadores de PIB *per capita* situam-se 35,59% abaixo da média nacional (IBGE, 2022), as áreas verdes públicas constituem o principal ativo de recreação para a população trabalhadora.

Os parques urbanos são compreendidos por Raimundo e Sarti (2016) como expressões fundamentais do direito à cidade. Palmas dispõe de 3 parques consolidados. Em termos de densidade demográfica, a razão de 16.082 habitantes por parque demonstra um panorama estatisticamente favorável em comparação com outros municípios médios brasileiros. Ouro Preto (MG), por exemplo, computa uma razão de 29.940 habitantes por parque, enquanto Divinópolis (MG) contava com apenas uma unidade para mais de 230 mil habitantes à época de seus mapeamentos locais (Pereira; Amaral, 2021; Ungheri; Medina; Pereira, 2022).

De forma análoga, os parques infantis ( $n=13$ ), compreendidos por Niemeyer (2002) como materializações do exercício da cidadania na infância, operam como espaços fundamentais de desenvolvimento. Santos, Fonseca e Bertucci (2023) reforçam que essas áreas oferecem a base material indispensável para o estímulo ao brincar, para a expansão da imaginação infantil, para a socialização precoce e para o pleno desenvolvimento motor da criança.

#### **4.1.5. O Lazer Sob a Ótica da Emancipação Humana e a Atuação Profissional**

A confrontação do cenário empírico de Palmas com a matriz sociológica de Dumazedier (1976) revela o potencial do ordenamento urbano no comportamento social. A disponibilização qualificada de infraestruturas públicas voltadas ao desporto atua como barreira inibidora contra os valores "destrutivos" (violência e dependência química) e "conformistas" (passividade consumista midiática). Ao oportunizar o engajamento corporal e cultural ativo, estimulam-se os valores "criativos", pautados pela reinvenção perene e saudável do indivíduo. Para que essa potência transformadora se concretize, todavia, o planejamento público não deve priorizar unicamente métricas quantitativas, mas zelar pela qualidade, acessibilidade universal e pluralidade das obras (Cárdenas; Pumariega; Torres, 2020).

Por fim, constata-se a necessidade de associar a infraestrutura física à intervenção pedagógica programada. A mera presença de praças e aparelhos públicos, embora necessária, apresenta limites quando isolada.

Conjectura-se a urgência de políticas contínuas que promovam eventos culturais e atividades orientadas periódicas nos bairros periféricos, tais como caminhadas supervisionadas, feiras artísticas e escolinhas desportivas comunitárias. Essa premissa fundamenta-se nos achados de Mariano (2008) e Ungheri, Medina e Pereira (2022), cujas evidências empíricas demonstraram níveis significativamente mais elevados de satisfação coletiva, segurança e assiduidade comunitária nos locais que contavam com a presença e o suporte técnico de profissionais de Educação Física.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados obtidos evidenciam a existência de desigualdades no acesso aos espaços de esporte e lazer na cidade de Palmas (PR). O mapeamento e a categorização dos 54 espaços públicos cumprem o objetivo geral da pesquisa, revelando que a distribuição territorial desfavorece as regiões periféricas e rurais em comparação aos bairros centrais.

O planejamento urbano, embora reconheça a importância dessas estruturas nos seus documentos oficiais, não atende de maneira igualitária as diferentes classes sociais. Constata-se que o aparente equilíbrio numérico de espaços entre centro e periferia oculta uma exclusão geométrica e uma monotonia estrutural baseada quase que unicamente em quadras de cimento descobertas nas bordas da cidade. Isso restringe a oferta e o uso dos bens públicos pela população economicamente menos favorecida e geograficamente isolada, dificultando a apropriação do tempo livre para atividades de desenvolvimento pessoal.

Obstáculos identificados geram impactos práticos e subjetivos, pois inibem o sentimento de pertencimento comunitário, reduzindo o nível de exercício físico e prejudicando a socialização urbana. Como proposta de intervenção, aponta-se a necessidade de associar essas estruturas físicas à realização de atividades e eventos regulares orientados por profissionais de Educação Física, o que potencializa a democratização do direito social ao lazer nas esferas social, cultural e política.

Este estudo traz como contribuição prática um diagnóstico cartográfico, que serve como instrumento de gestão para subsidiar o planejamento urbano local, orientando a descentralização

orçamentária e norteando a criação de políticas públicas inclusivas de esporte e lazer.

Como limitações da pesquisa, aponta-se a ausência de uma avaliação técnica aprofundada sobre o estado de conservação dos espaços e a falta de dados sobre a frequência real de usuários. Para futuros estudos, sugere-se uma modificação no método com a inclusão de abordagens mistas, associando ferramentas de georreferenciamento a entrevistas semiestruturadas com os cidadãos.

Por fim, o entendimento sobre o espaço e o tempo nas dimensões da existência humana revela que as experiências sociais e pessoais no tempo livre são instáveis e dinâmicas. A disponibilidade cidadina de espaços esportivos e de lazer responde a uma percepção social ao mesmo tempo em que causa outra, consolidando a lógica de que toda a cidade se move e se transforma através de suas práticas cotidianas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, V. A. A.; SILVA, J. V. P. Políticas de promoção da saúde em academias públicas de Campo Grande - MS, Brasil. **Revista Retos**, Cuenca (EC), v. 39, n. 1, p. 379-387, 2021. Disponível em: <https://revistaretos.org/index.php/retos/article/view/79382>. Acesso em: 04 jun. 2026.

ANTUNES, M. F. S.; SOUSA, R. L. Q. Os espaços públicos de lazer para a prática esportiva: mapeando a cidade de Uberlândia. **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/4339>. Acesso em: 04 jun. 2026.

ARCHELA, R. S.; THÉRY, H. Orientação metodológica para a construção e leitura de mapas temáticos. **Confins**, Paris (FR), 3, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/3483>. Acesso em: 04 jun. 2026.

AUGUSTO, B. J.; MEDEIROS, D. C. C.; FERREIRA, F. M. Futebol feminino como prática de lazer: um mapeamento dos espaços públicos e privados na cidade de campinas (SP). In: Congresso Internacional de Educação Física e Motricidade Humana, 10., Simpósio Paulista de Educação Física, 16., 2017, Campinas. **Anais** [...] Campinas: Realize editora, 2017. p. 1-3. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/29986>. Acesso em: 04 jun. 2026.

BATTISTEL, J. A.; FLOSS, M. I.; CRUVINEL, A. de F. P.; BARBATO, P. R.; FERMINO, R. C.; GUERRA, P. H. Perfil dos frequentadores e padrão de utilização das academias ao ar livre: revisão de escopo. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 26, e0186, 2021. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14483>. Acesso em 17 mai. 2025.

BENDER, P. Fragmentação socioespacial e temporal do Espaço Público em Chapecó, Mossoró e Marabá. **Revista INVI**, Gaspar, v. 37, n. 106, p. 96-120, 2022. Disponível em: <https://revistainvi.uchile.cl/index.php/INVI/article/view/67158>. Acesso em: 04 jun. 2026.

BRUST, C.; BAGGIO, I. C.; SALDANHA FILHO, S. M. F. Gestão das políticas públicas de esportes e lazer de Santa Maria, RS. **Efdeportes**, Bueno Aires, v. 12, n. 116, 2008. Disponível em:

<https://efdeportes.com/efd116/gestao-das-politicas-publicas-de-esporte-e-lazer.htm>. Acesso em: 04 jun. 2026.

CÁRDENAS, R. N.; PUMARIEGA, Y. N.; TORRES, C. D. P. Análise dos espaços públicos de esporte e lazer: um ensaio a partir da informação imagética. **Licere**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 666-686, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25514>. Acesso em: 04 jun. 2026.

CASSIMIRO, A. C. L.; SOUZA, E. E.; GONÇALVES, V. L. Análise dos espaços e equipamentos de lazer de seis municípios da zona da mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Minas Gerais, v. 29, n. 4, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rbcm/article/view/11334/7763>. Acesso em: 04 jun. 2026.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GUSSOLI, F. K. Políticas públicas exclusivas de lazer: em busca do cansaço profundo. **Licere**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 503-528, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/24093>. Acesso em: 04 jun. 2026.

GUZZO JUNIOR, C. C. E.; SILVA, W. L. A. Academias ao Ar Livre em Castanhal: uma opção de lazer e convívio social? O perfil e discurso do usuário. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p. 137-158, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/16264>. Acesso em: 04 jun. 2026.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Palmas/Paraná/Brasil. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/palmas/panorama> Acesso em: 22 abr. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Produto Interno Bruto – PIB. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 14 mai. 2025.

JOLY, F. **A cartografia**. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2005.

JORGE, L. A. Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana. **PosFAUUSP**, São Paulo, v. 12, p. 159-161, 2002. Disponível em: [https://revistas.usp.br/posfau/pt\\_BR/article/view/47707](https://revistas.usp.br/posfau/pt_BR/article/view/47707). Acesso em: 04 jun. 2026.

KOSMOS, N.; GOLDONI, B. Plano de Governo Palmas 2021-2024. Palmas/PR, 2020. Disponível em: <https://rbj.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Kosmos-Nicolaou-e-Bruno-Goldoni.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2025.

LANGARO, D.; LAGARTO, E. Plano de Governo Palmas 2025-2028. Palmas/PR, 2024. Disponível em: <https://rbj.com.br/wp-content/uploads/2025/01/plano-de-governo-daniel-langaro.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2025.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer**: uma introdução. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F.; MARIANO, S. T. S. Espaços e equipamentos de lazer: apontamentos para uma política pública. In. MARCELLINO, N. (org.). **Políticas públicas de lazer**. 2 ed. Campinas: Alínea, 2015. p. 111-127.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano: Políticas Públicas. **Licere**, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p. 1-23, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/925>. Acesso em: 04 jun. 2026.

MARCHI JR., W. **“Sacando” o voleibol**: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000). 2001. 282 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MARIANO, S. H. **Políticas públicas de lazer em cidades de pequeno porte de regiões metropolitanas**. 2008. 327 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008.

MELO, V. A. Projetos sociais de esporte e lazer: reflexões, inquietações, sugestões. **Quaderns d´Animació i Educació Social**, Sagunto, v. 1, n. 7, p. 1-24, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7594335>. Acesso em: 04 jun. 2026.

MELO, V. A.; FORTES, R. História do esporte: panorama e perspectivas. **Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. 22, p. 11-35, 2010.

Disponível em:  
<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1180>. Acesso em: 04 jun. 2026.

MELO, V. A.; PERES, F. F. Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 5, n. 96, p. 1-6, 2006. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/publication/28105950\\_Espaco\\_lazer\\_e\\_politica\\_desigualdades\\_na\\_distribuicao\\_de Equipamentos\\_culturais\\_na\\_cidade\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro](https://www.researchgate.net/publication/28105950_Espaco_lazer_e_politica_desigualdades_na_distribuicao_de Equipamentos_culturais_na_cidade_do_Rio_de_Janeiro). Acesso em: 04 jun. 2026.

NIEMEYER, C. A. C. **Parques infantis de São Paulo**. São Paulo: Annablum: Fapesp, 2002.

Paraná – Governo do Estado (PR). Secretaria do Esporte. Projeto disponibiliza academia gratuita para a melhor idade. 17 mar 2023. Disponível em: <https://www.esporte.pr.gov.br/Noticia/Projeto-disponibiliza-academia-gratuita-para-melhor-idade>. Acesso em 17 mai 2025.

PEREIRA, I. C. S.; AMARAL, C. M. S. Mapeamento dos espaços públicos de lazer do município de Divinópolis – MG. **Licere**, Belo Horizonte, v. 24, n. 4, p. 643-665, 2021. Disponível em:  
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/37734>. Acesso em: 04 jun. 2026.

Prefeitura Municipal de Palmas (PMP). Gestão municipal. Disponível em: <https://pmp.pr.gov.br/website/views/>. Acesso em 14 mai. 2025.

RAIMUNDO, S.; SARTI, A. C. Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **Revista Iberoamericana**

**de Turismo**, Penedo, v. 2, n. 3, p. 3-24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/ritur/article/view/2791>. Acesso em: 04 jun. 2026.

RECHIA, S.; BETRÁN, J. Parques urbanos de Barcelona: relações entre usos principais e combinados, a diversidade nas formas de apropriação e a segurança. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 181-202, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/11362>. Acesso em: 04 jun. 2026.

SANTOS, D. S.; FONSECA, M. P.; BERTUCCI, J. O. Parque infantil público como espaço do livre brincar: um estudo sobre a região administrativa de São Sebastião – DF. *In*. ACOSTA, M. D. P. T.; FONSECA, M. P.; ALVES, C. B. **Redescobrir**: diálogos em educação e diversidade. Brasília, DF: Editora IFB, 2023.

SAWITZKI, R. L. Políticas públicas para esporte e lazer: para além do calendário de eventos esportivos. **Licere**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 1-16, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/735>. Acesso em: 04 jun. 2026.

SEMEIA. **Parques do Brasil: percepções da população**. São Paulo: Instituto Semeia, 2018. Disponível em: <https://www.semeia.org.br/relatorio2018/>. Acesso em: 04 jun. 2026.

SILVA, D. B. **Perfil dos usuários, utilização das academias ao ar livre e características ambientais e individuais associadas ao volume de uso**. 2018. 73 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2018. Disponível em:

[https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFTM\\_65237e7454c1c23de66d161502af9c78](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFTM_65237e7454c1c23de66d161502af9c78). Acesso em: 04 jun. 2026.

STAREPRAVO, F. A. **O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público**. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/motriz/a/qddGzmtWbJmz7Yj6Y6gWZCv/?lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2026.

THEODORSON, G.; THEODORSON, A. **A modern dictionary of sociology**. New York: Crowel, 1970.

UNGHERI, B. O.; MEDINA, A. C. R.; PEREIRA, B. A. Mapeamento dos espaços públicos de lazer e esporte disponíveis em Ouro Preto (MG) e seus distritos. **Licere**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 20-46, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/41622>. Acesso em: 04 jun. 2026.

---

<sup>1</sup> Bacharela em Educação Física, Instituto Federal do Paraná, *Campus* Palmas. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>2</sup> Bacharela em Educação Física, Instituto Federal do Paraná, *Campus* Palmas. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>3</sup> Discente do Curso Superior de Bacharelado em Educação Física, Instituto Federal do Paraná, *Campus* Palmas. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>4</sup> Discente do Curso Superior de Bacharelado em Educação Física, Instituto Federal do Paraná, *Campus* Palmas. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>5</sup> Discente do Curso Superior de Bacharelado em Educação Física, Instituto Federal do Paraná, *Campus* Palmas. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>6</sup> Discente do Curso Superior de Bacharelado em Educação Física, Instituto Federal do Paraná, *Campus* Palmas. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>7</sup> Doutora em Ciências da Atividade Física e do Esporte, UDC, Colegiado de Educação Física, IFPR, campus Palmas. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)